

Radar da Saúde

Um balanço do monitoramento do IEPS sobre temas estratégicos para aprimorar a Saúde no Brasil



Apresentação

O Radar da Saúde é uma iniciativa do Instituto de Estudos para Políticas (IEPS), que apresenta um balanço contextualizado das principais ações do Executivo Federal e do Congresso Nacional em temas considerados estratégicos para a saúde no Brasil.

Este material busca fornecer à sociedade civil um panorama conciso das pautas, projetos e deliberações que impactam os rumos da saúde pública brasileira, sobretudo para fortalecer o controle social e a participação da sociedade civil nas discussões sanitárias.

As informações sistematizadas neste documento incluem destaques do monitoramento político de aproximadamente duzentas palavras-chave pré-definidas como estratégicas e indispensáveis para a nossa atuação de incidência política em prol do fortalecimento do SUS. O acompanhamento é feito por meio de sites oficiais e sistemas de informação da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e outros órgãos relevantes. O monitoramento contínuo das políticas de saúde é realizado pela Diretoria de Relações Institucionais do IEPS em parceria com a consultoria política Eixo Estratégia Política.

O QUE ACOMPANHAMOS DE PERTO?

Legislativo

No Congresso Nacional, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado são as principais responsáveis pelas discussões e pela formulação de políticas relacionadas à saúde no Brasil no âmbito do Legislativo Federal. Também monitoramos a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, além de outras comissões que analisam temas relacionados à saúde pública.

Executivo

O Ministério da Saúde (MS) e seus órgãos vinculados, assim como a Presidência da República, são as principais instâncias que monitoramos, dada a relevância na pauta da saúde. Além disso, acompanhamos também outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; o Ministério da Educação; e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que possuem Secretarias e Programas em temas relacionados à saúde.

Sumário

JANEIRO

Combate à dengue e arboviroses, Incorporação do Programa Nacional de Redução de Filasao Programa Mais Acesso a Especialistas, Consulta Pública para revisar modelo de fiscalização na saúde suplementar

5

FEVEREIRO

Reforma Ministerial, *Sandbox* regulatório para planos de saúde com cobertura restrita, Desinstitucionalização de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas

11

Essa publicação contém [links clicáveis](#) para aprofundamento



DESTAQUES DO MÊS

Em janeiro, as atividades do Poder Legislativo ainda estavam suspensas devido ao recesso parlamentar de fim de ano. Por isso, esta seção do Radar trará apenas as principais movimentações do Poder Executivo identificadas em nosso monitoramento.

Vigilância em Saúde

Combate à dengue e arboviroses

O Ministério da Saúde reforçou as ações contra dengue, chikungunya e zika com a criação do [Centro de Operações de Emergência \(COE\) Dengue](#) e o lançamento do [Plano de Contingência Nacional](#) para as arboviroses em questão. As medidas incluem a liberação de insetos estéreis, a expansão do método Wolbachia para 40 novos municípios até o fim do ano (atualmente presente em apenas 11 cidades) e a distribuição de 5,5 milhões de doses da vacina contra a dengue.

Para fortalecer a resposta local, equipes técnicas foram enviadas para Espírito Santo, São Paulo, Acre e Paraná, e uma [nota técnica](#) foi publicada com diretrizes para gestores enfrentarem surtos em 2024 e 2025. O governo investe R\$1,5 bilhão no controle da doença e prevê um aumento da incidência em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, agravado pela circulação do sorotipo 3 da dengue e pelo fenômeno El Niño.

Além disso, [serão distribuídos 6,5 milhões de testes rápidos, com um investimento de R\\$ 17,3 milhões](#), priorizando municípios com acesso limitado a serviços laboratoriais. Na primeira remessa, 4,5 milhões de testes serão enviados aos estados, enquanto 2 milhões ficarão em estoque estratégico para atender áreas com aumento de casos.



Queda nacional de dengue em 2025 e aumento de casos em São Paulo

Em 2024, o Brasil registrou 6,5 milhões de casos prováveis de dengue e 5.536 óbitos até outubro. No início de 2025, houve uma redução de 57,9% nos casos prováveis em comparação ao mesmo período do ano anterior, com 139.241 notificações entre as semanas epidemiológicas 1 e 4. No entanto, São Paulo teve um aumento expressivo, somando 94.354 casos prováveis, 135 óbitos em investigação e 26 mortes confirmadas. Tocantins, Pernambuco e Mato Grosso também registraram números elevados, enquanto o Rio de Janeiro apresentou queda significativa nas primeiras semanas do ano em comparação ao mesmo período em 2024. Essas informações foram divulgadas durante a primeira reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) de 2025, realizada em janeiro.

Ministério da Saúde monitora surto de metapneumovírus na China

O Ministério da Saúde tem acompanhado o surto de metapneumovírus humano (HMPV) na China, que afeta principalmente crianças e pode causar infecções respiratórias graves. Embora não haja alerta da OMS, a vigilância epidemiológica brasileira segue em contato com autoridades globais. Como prevenção, o Ministério reforça a necessidade de vacinação contra covid-19 e gripe e recomenda medidas preventivas como uso de máscaras, higiene das mãos e distanciamento em casos sintomáticos.

Atenção Especializada

O Programa Nacional de Redução de Filas é incorporado ao Programa Mais Acesso a Especialistas

O [Programa Nacional de Redução de Filas](#) (PNRF), que viabilizou 5,3 milhões de cirurgias em 2024, um aumento de 18% em relação a 2023, foi integrado ao [Programa Mais Acesso a Especialistas](#) (PMAE) para ampliar a oferta de cirurgias prioritárias no SUS. Entre 2022 e 2024, o total de cirurgias eletivas cresceu 32%, chegando a 13,6 milhões de procedimentos.

O crescimento está diretamente relacionado ao [aumento de 34% no orçamento da atenção especializada](#), que passou de R\$54,9 bilhões em 2022 para R\$74,7 bilhões em 2024. Esse investimento possibilitou reajustes na tabela SUS para hospitais e serviços filantrópicos, por exemplo. Estados e municípios devem aderir ao PMAE e submeter planejamentos ao Ministério da Saúde, que fará o financiamento proporcional à população e monitoramento quadrimestral para ajustes.



Fila por cirurgias eletivas no SUS cresceu 26% em 2024

Apesar do aumento no número de cirurgias realizadas, a fila por procedimentos eletivos no SUS cresceu 26% em 2024, com mais de 1,3 milhão de pessoas à espera. No Rio de Janeiro, por exemplo, a fila para atendimentos oftalmológicos quadruplicou em dois anos, de 19 mil em 2022 para 86 mil pacientes em 2024. A espera por consulta com especialista em cirurgia de catarata saltou de 922 para mais de 10 mil, e mais de 12 mil aguardam tratamento para glaucoma. Dados, obtidos pelo Jornal Nacional via Lei de Acesso à Informação, reforçam a necessidade de estratégias adicionais para reduzir as filas.

Saúde Suplementar

ANS abre consulta pública para revisar modelo de fiscalização

A ANS lançou a [Consulta Pública n. 147/2024](#) para discutir melhorias na fiscalização do setor, conforme a [Agenda Regulatória 2023-2025](#). A proposta prevê mudanças em normas de procedimentos, atualização de multas e adoção de ações planejadas para influenciar a gestão das operadoras de planos de saúde. A consulta inclui alterações nas Resoluções Normativas n. [483/2022](#) e n. [489/2022](#).

Justiça confirma competência do Conselho Federal de Medicina (CFM) na regulação de planos de saúde

A 13ª Turma do TRF-1 reafirmou a legalidade da [Resolução nº 1.722/2004 do CFM](#), que exige o registro de operadoras de planos de saúde nos Conselhos Regionais de Medicina para funcionamento. A decisão rejeitou recurso do Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo (Sinamge), confirmando que a exigência é essencial para a fiscalização e a qualidade dos serviços médicos.

ANS lança painel para mapear rede e vazios assistenciais na saúde suplementar

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) lançou o [Painel de Rede e Vazios Assistenciais](#), ferramenta que mapeia a disponibilidade de profissionais e estabelecimentos que atendem beneficiários de planos de saúde no Brasil. A plataforma permite consultas por município, estado ou região, identificando especialidades médicas, serviços de urgência e internação, além de vazios assistenciais. Desenvolvido a partir da integração de bases de dados nacionais, o painel busca aprimorar o monitoramento da rede assistencial e embasar ações regulatórias para garantir o acesso à saúde suplementar.

Equidade em Saúde

Saúde da população negra: Ministério da Saúde e Fiocruz realizam Oficina

Em janeiro, o Ministério da Saúde e a Fiocruz realizaram a Oficina Nacional de Comunicação para fortalecer a [Política Nacional de Saúde Integral da População Negra](#) (PNSIPN) no SUS. O evento reuniu comunicadores de mídias alternativas e movimentos sociais para ampliar o alcance da comunicação e combater o racismo na saúde. Como principal encaminhamento, foi anunciada a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para aproximar o Ministério dos comunicadores comunitários. Foram propostas medidas como simplificação de boletins epidemiológicos, editais para mídias negras e formação antirracista para profissionais de saúde. O Ministério se comprometeu a avaliar as sugestões e apresentar um cronograma de respostas em até 90 dias.

Saúde da população em situação de rua: expansão das equipes do Consultório na Rua até 2026

O Ministério da Saúde anunciou a expansão das equipes do Consultório na Rua até 2026, passando de 275 para 600. O [Plano Ruas Visíveis](#), com investimento de R\$304 milhões, prevê, entre outras coisas, a formação de 5 mil profissionais, ampliação das unidades de acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, e criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dessa população.

Saúde indígena: Metodologia para fortalecer o atendimento à população indígena

O Governo Federal, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, avançou no [Planejamento e Dimensionamento da Força de Trabalho na Saúde Indígena](#) (PDFTSI). A iniciativa busca desenvolver uma metodologia inédita para fortalecer o atendimento à população indígena, garantindo um planejamento participativo e adequado às necessidades dos territórios.

Atenção Primária à Saúde

Abastecimento de vacinas e aumento da cobertura vacinal

Entre 2023 e 2024, foram enviadas [mais de 604 milhões de doses, atendendo 100% da demanda dos estados](#) e contribuindo para reverter a tendência de queda na cobertura vacinal desde 2016. Em 2024, o número de municípios que superaram 95% de imunização para a tríplice viral cresceu 180% em relação a 2022. A substituição da Vacina Oral Poliomielite (VOP) pela Inativada (VIP) aumentou a segurança do esquema vacinal. Com investimento de R\$7 bilhões, o governo garantiu 260 milhões de doses para 2025 e adquiriu 69 milhões adicionais para manter estoques estratégicos.

Orçamento da Saúde

Orçamento do Farmácia Popular cresce e amplia acesso a medicamentos

O [programa Farmácia Popular](#) foi ampliado entre 2023 e 2024, incluindo 444 novos municípios, com 94% deles localizados no Norte e Nordeste. O orçamento do programa aumentou para R\$3,6 bilhões em 2024, com previsão de R\$4,2 bilhões em 2025. A lista de medicamentos gratuitos foi expandida para incluir anticoncepcionais, absorventes e medicamentos para osteoporose, sendo todos os produtos gratuitos para beneficiários do Bolsa Família. Atualmente, o programa cobre 86% dos municípios, com 31 mil estabelecimentos credenciados, e a meta é alcançar 93% do território nacional.

DESTAQUES DO MÊS

Reforma Ministerial

Na última semana de fevereiro, [Alexandre Padilha](#) foi anunciado como novo ministro da Saúde, substituindo Nísia Trindade. A mudança ocorre em um momento de desafios na gestão do SUS, incluindo questões como financiamento da saúde, filas e enfrentamento de epidemias.

Padilha é médico formado pela Unicamp e tem experiência na administração pública. Foi ministro da Saúde entre 2011 e 2014, secretário de Saúde de São Paulo (2015-2017) e deputado federal. Durante sua gestão no ministério, esteve à frente de iniciativas voltadas à ampliação do acesso à saúde, como a criação do programa Mais Médicos, a oferta gratuita de medicamentos para hipertensão e diabetes pelo programa Farmácia Popular e a expansão dos serviços especializados em oncologia e cuidado obstétrico com a Rede Cegonha. No Congresso, foi relator e participou da articulação do projeto que viabilizou o Piso Nacional da Enfermagem.

Vigilância em Saúde

Escolas mobilizadas contra arboviroses

Entre 3 e 11 de abril, [escolas de todo o país devem participar de uma mobilização voltada à conscientização sobre arboviroses](#), como dengue, zika, chikungunya e oropouche. A iniciativa, promovida pelos Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC) no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), [faz parte da estratégia do governo para o combate à dengue](#). O MS tem apostado no PSE como um dos principais eixos de atuação na prevenção da doença, promovendo ações educativas em mais de 102 mil instituições de ensino,

envolvendo estudantes, educadores e a comunidade escolar em ações educativas sobre o tema.

Anvisa pede dados complementares sobre vacina nacional contra dengue e produção em larga escala é anunciada

A Anvisa finalizou a análise inicial da vacina contra a dengue desenvolvida pelo Instituto Butantan e solicitou informações adicionais sobre qualidade, segurança e eficácia para dar seguimento ao processo de registro, protocolado em 6 de fevereiro.

Paralelamente, [foi anunciado um acordo para a produção em larga escala da primeira vacina 100% nacional e de dose única contra a dengue](#). A previsão é de que, a partir de 2026, sejam fabricadas 60 milhões de doses anuais, com possibilidade de ampliação conforme a demanda e a capacidade produtiva. O investimento na parceria é de R\$1,26 bilhão, com apoio do Novo PAC, além de R\$68 milhões destinados a estudos para ampliar a faixa etária contemplada e avaliar a coadministração com a vacina contra a chikungunya.

Saúde Suplementar

ANS abre consulta pública e realiza audiência pública para discutir a implementação do *sandbox* regulatório para teste de “planos para consultas médicas estritamente eletivas e exames”

A ANS abriu a [Consulta Pública n. 151](#) para discutir a implementação de um *sandbox* regulatório, ambiente experimental para testar como funcionaria um novo produto com cobertura restrita a consultas eletivas e exames simples, sem acesso a internação, pronto-socorro ou terapias. A proposta levanta preocupações sobre a limitação da assistência e possíveis impactos na segmentação do atendimento.

Além da consulta pública, a ANS realizou a [Audiência Pública nº 52](#), que reuniu especialistas, representantes da sociedade civil e gestores para aprofundar o debate sobre a proposta. Durante a discussão, foram apontadas preocupações sobre impactos no acesso a tratamentos contínuos, especialmente para pacientes crônicos, autistas e pessoas com transtornos mentais. Críticos apontaram o risco de criar um subsegmento sem garantias adequadas para os consumidores e questionaram o tempo reduzido para discussão da proposta. Defensores argumentaram que a medida pode reduzir a espera no SUS e facilitar diagnósticos precoces. A consulta pública segue aberta para contribuições até 4 de abril de 2025, e a ANS deve consolidar as contribuições em um relatório antes da aprovação final das regras.



Transformações e desafios do setor privado de saúde no Brasil

A pesquisa [Setor Privado e Relações Público-Privadas da Saúde no Brasil: Em Busca do Seguro Perdido](#), realizada pelo IEPS em parceria com a Umane, apresenta um panorama detalhado do setor privado de saúde e suas interações com o setor público. Com nove estudos e mais de 450 páginas de análises estatísticas e qualitativas, o trabalho investiga as dinâmicas do mercado e suas implicações para o sistema de saúde. Um dos principais achados é o declínio dos seguros tradicionais e a expansão de modelos como cartões de desconto e planos de curto prazo, que não operam com mutualismo. O estudo alerta para a fragmentação do setor, a falta de regulação sobre prestadores que atendem pacientes pagantes diretos e o avanço das clínicas populares, evidenciando riscos à sustentabilidade do sistema e à equidade no acesso à saúde.

Atenção Primária

Reajuste no custeio das Equipes de Saúde da Família Ribeirinha

O Ministério da Saúde anunciou um reajuste médio de 30% no custeio das Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (eSFR). O investimento anual para essas equipes aumentou de R\$80,5 milhões em 2022 para R\$168,1 milhões em 2024, com previsão de alcançar R\$288 milhões em 2025. A medida, que será formalizada por portaria, busca fortalecer a atenção primária em áreas de difícil acesso na Amazônia.

Saúde Mental

Auditoria avalia Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) na Atenção Primária

O Ministério da Saúde, por meio do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DenaSUS), realizou uma auditoria entre 2022 e 2023 para avaliar e fortalecer a RAPS na Atenção Primária à Saúde. Foram analisadas 194 equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e 71 equipes multiprofissionais (eMultis) em todas as regiões do país. O estudo identificou desafios na continuidade do cuidado, na capacitação de profissionais, no registro de informações e na integração entre os planos municipais e regionais de saúde mental. O levantamento servirá como base para aprimorar as ações do SUS e reforçar o atendimento na APS.

Novas diretrizes para o uso de dispositivos digitais nas escolas

O Conselho Nacional de Educação aprovou diretrizes para regulamentar o uso de dispositivos digitais nas escolas e integrar a Educação Digital e Midiática ao currículo, conforme a [Lei nº 15.100/2025](#). As regras buscam equilibrar a restrição do uso não pedagógico com a promoção do uso educativo, além de estabelecer processos de monitoramento e avaliação. Para apoiar a implementação, o MEC disponibilizou [três guias](#) na plataforma MEC RED - voltados para famílias, escolas e secretarias de educação - enfatizando a construção de hábitos digitais saudáveis. Também foram realizados webinários para auxiliar educadores na adoção das novas diretrizes.

MDHC cria grupo para acompanhar desinstitucionalização de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) publicou a [Resolução nº 259, de 13 de fevereiro de 2025](#), instituindo um Grupo Temático para acompanhar a desinstitucionalização de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas e instituições congêneres. Coordenado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o grupo terá a função de elaborar propostas e acompanhar ações voltadas à desinstitucionalização, conforme previsto na [Resolução nº 249/2024](#) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Entre suas atribuições, estão a formulação de diretrizes para o mapeamento dessas instituições, o suporte técnico a Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais na implementação de planos locais e a proposição de estratégias que garantam alternativas de cuidado na rede de saúde mental.

Saúde da Mulher

Orientações para a implementação da Rede Alyne

O Ministério da Saúde publicou a [Nota Técnica Conjunta n. 220/2024](#), que fornece diretrizes para a operacionalização de recursos e organização de serviços na Rede Alyne, visando garantir equidade no acesso à assistência. O documento orienta estados e municípios na implementação das diretrizes, destacando a importância do monitoramento de indicadores de raça/cor, e da capacitação de profissionais para um atendimento mais qualificado e ações direcionadas para comunidades indígenas.

Equidade em saúde

Equidade Racial e Saúde da População Negra no Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas

No segundo dia do Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas (ENPP), realizado em Brasília, foram apresentadas iniciativas voltadas à igualdade racial, territórios periféricos e participação social. Entre as ações divulgadas, destaca-se o Inquérito para o Diagnóstico da Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que visa avaliar a aplicação da política nos estados e municípios brasileiros.



Desafios na implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra

A implementação da [Política Nacional de Saúde Integral da População Negra](#) (PNSIPN) enfrenta desafios estruturais, como a falta de financiamento específico e a baixa adesão dos municípios, com cerca de 70% deles ainda sem a política formalmente implementada. Além disso, a escassez de dados desagregados por raça/cor dificulta o monitoramento das desigualdades em saúde, limitando a formulação de ações mais direcionadas. O [Boletim Epidemiológico Saúde da População Negra](#), do Ministério da Saúde, com colaboração do IEPS, destaca a necessidade de ampliar recursos, fortalecer a capacitação profissional e integrar a equidade racial nas políticas de saúde.

Plano de Ação da Estratégia Antirracista para a Saúde é aprovado

O Ministério da Saúde aprovou o Plano de Ação da [Estratégia Antirracista](#) (EA) 2025, que define prioridades para os próximos 12 meses. Entre as medidas previstas, estão a implementação do [Programa de Ações Afirmativas](#), a publicação da Política Nacional de Saúde Integral da População Quilombola, que está em [consulta pública até 31 de março](#), a qualificação dos campos de raça e cor e “Povos e Comunidades Tradicionais” nos sistemas de informação e o fortalecimento da participação da pasta em programas interministeriais. O plano foi elaborado em oficina com representantes de diversas secretarias e institutos federais e busca orientar a execução das ações voltadas à equidade racial no SUS.

Promoção da Saúde

III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan 2024-2027) é aprovado

A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) aprovou o Plansan 2024-2027 em fevereiro. O documento estabelece 18 estratégias intersetoriais e 219 iniciativas para enfrentar desafios como o aumento dos preços de alimentos, a fome em territórios e populações vulneráveis (Amazônia, povos indígenas e população em situação de rua) e impactos das mudanças do clima. O plano faz parte da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e inclui medidas voltadas à ampliação do acesso a alimentos e à promoção da alimentação saudável.

Recursos Humanos

Censo da Força de Trabalho em Saúde inicia fase piloto

Em 2024, o Ministério da Saúde lançou o Censo da Força de Trabalho na Saúde e o Curso de Planejamento e Dimensionamento da Força de Trabalho no SUS com o objetivo de fortalecer a gestão e a governança da informação em saúde. As iniciativas foram apresentadas em julho no Seminário Internacional de Planejamento da Força de Trabalho na Saúde. Em fevereiro deste ano, o censo começou a ser testado no Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal para atualizar o perfil dos profissionais e qualificar o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES-Profissional), com a meta de mapear 100% dos estabelecimentos do país. O curso, voltado à formação de mais de 4 mil profissionais, busca aprimorar a gestão e a sustentabilidade do CNES.



Distribuição da força de trabalho na saúde no Brasil

O estudo [Mais SUS em Evidências – Recursos Humanos, Infraestrutura e Tecnologia no SUS](#), elaborado pelo IEPS em parceria com a Umane, analisa a distribuição da força de trabalho na saúde no Brasil sob diferentes perspectivas, como alocação regional, desigualdades de renda, raça/etnia, gênero e tipos de vínculo empregatício. O levantamento evidencia a concentração de médicos nos grandes centros urbanos: embora as capitais e regiões metropolitanas abriguem 55% da população, concentram 76% dos médicos. Em 2020, a oferta de médicos na região Norte era 43% inferior à média nacional, com o Nordeste seguindo tendência semelhante. Além disso, 50% dos municípios brasileiros estavam dentro dos limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), possuindo de 1 a 4 enfermeiros para cada mil habitantes.

Orçamento da Saúde

Guia orienta gestores na destinação de emendas para digitalização da saúde

O Ministério da Saúde publicou um [guia](#) para auxiliar parlamentares e gestores na destinação de emendas voltadas à digitalização do SUS. O material apresenta diretrizes para investimentos em iniciativas como Telessaúde, Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) e infraestrutura digital, incluindo aquisição de equipamentos e desenvolvimento de sistemas.

Atenção Primária

Nova diretriz propõe integração entre vigilância e atenção primária

O Ministério da Saúde apresentou uma [diretriz para orientar a atuação conjunta de Agentes de Combate às Endemias \(ACEs\) e Agentes Comunitários de Saúde \(ACSs\)](#). A iniciativa, apresentada e pactuada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), busca aprimorar ações preventivas, monitoramento de riscos e promoção da saúde em territórios vulneráveis. Com quatro eixos principais, a diretriz orienta a atuação dos mais de 385 mil agentes no país, enfatizando a formação técnica e a territorialização das ações para reforçar a Estratégia Saúde da Família e reduzir desigualdades no acesso à saúde.

DESTAQUES DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Fevereiro/2025



A menção a parlamentares e proposições legislativas específicas nesta seção não implica em julgamento de mérito ou relevância das propostas, nem sugere que a quantidade de proposições seja indicativa de impacto ou melhoria nas políticas públicas de saúde.

Câmara dos Deputados

Com o Congresso Nacional retomando as atividades recentemente, fevereiro foi marcado por um ritmo legislativo moderado. As comissões permanentes ainda não foram reinstaladas neste mês, o que impactou a tramitação das propostas. No entanto, alguns parlamen-

tares já apresentaram projetos de lei, com destaque para as áreas de saúde mental e saúde da população LGBTQIAPN+.

Na área da saúde mental, foram apresentados o [PL 277/2025](#), do deputado Clodoaldo Magalhães (PV/PE), que **propõe a ludoterapia¹ como abordagem terapêutica obrigatória no SUS**, garantindo sua oferta em unidades de saúde voltadas ao atendimento infantil; o [PL 329/2025](#), que prevê a **criação da Política Nacional de Promoção de Fatores de Proteção da Saúde Mental de Meninas**; o [PL 387/2025](#), que trata da **inclusão de antidepressivos na RENAME e da criação do Programa Nacional de Acompanhamento Psicofarmacológico**.

Também foi apresentado o [REQ 630/2025](#), do deputado Ismael (PSD/SC), que solicita a **criação da Comissão Especial em Defesa das Comunidades Terapêuticas Acolhedoras**, com a finalidade de regulamentar e ampliar o suporte governamental a essas instituições. Já o [PL 637/2025](#), do deputado Alex Manente (CIDADANIA/SP), propõe **garantir o direito de crianças e adolescentes ao acompanhamento psicológico gratuito**, além de fortalecer os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e sua integração à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS.

Ainda no campo da saúde mental, mas com um recorte específico, o [PL 130/2025](#), da deputada Erika Hilton (PSOL/SP), propõe a **criação da Política Nacional de Saúde Mental para Pessoas Trans e Travestis** e autoriza a implantação de ambulatórios multidisciplinares em todas as capitais do país. Em sentido oposto, o [PL 180/2025](#), do deputado Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA), propõe a **proibição do uso de recursos públicos para tratamentos hormonais ou cirurgias de redesignação sexual** em menores de 18 anos, com exceção de casos envolvendo anomalias cromossômicas.

1. A Ludoterapia é uma abordagem terapêutica voltada para crianças, que utiliza o brincar como ferramenta para auxiliar no desenvolvimento emocional e na superação de dificuldades que possam impactar seu bem-estar.

Além disso, o deputado Paulinho da Força (SOLIDARI/SP) apresentou o [PL 430/2025](#), que objetiva instituir o **Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde (Lei Mais Saúde)**, a fim de captar e direcionar recursos para ações e serviços de saúde. A proposta estabelece que a captação deve ocorrer por meio de doações de empresas tributadas pelo lucro real, que poderão deduzir esses valores do imposto de renda devido, com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura, aquisição de equipamentos, capacitação profissional e pesquisa na área da saúde.

Senado Federal

O senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG) apresentou o [PL 89/2025](#), que trata da **transparência na proposição, destinação e execução das emendas parlamentares** individuais, de comissões e de bancadas no âmbito da União, Estados e Municípios. O projeto **prevê a criação de uma plataforma digital pública, atualizações mensais sobre a execução dos recursos e auditorias periódicas pelos Tribunais de Contas**. A proposta dialoga com o debate recente sobre regras para emendas, especialmente após a sanção da [Lei Complementar n. 210/2024](#), que estabelece critérios técnicos para a destinação desses recursos e determina que ao menos 50% das emendas de comissões permanentes da Câmara, do Senado e do Congresso sejam destinadas a ações e serviços públicos de saúde.

Radar da Saúde

Edição 4 | JANEIRO-FEVEREIRO/2025

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE

contato@ieps.org.br | imprensa@ieps.org.br

ieps.org.br

Siga nossos perfis nas redes sociais



RIO DE JANEIRO

Rua Visconde de Pirajá,
437, Sl. 306 Ipanema

SÃO PAULO

Rua Itapeva, 286,
C.J. 82 Bela Vista

BRASÍLIA

SBS Q. 2, Lote XV -
Edifício Prime Business
Convenience | Asa Sul



IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

UMANE

eixo
ESTRATÉGIA POLÍTICA